





## O RETORNO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO COMO FORÇA DO AGIR: NOTAS A PARTIR DE MILTON SANTOS

Valdeir de Oliveira  
Prestes <sup>1</sup>

<sup>1</sup>Doutorando em Desenvolvimento Econômico, área de concentração em Desenvolvimento Regional e Urbano, Instituto de Economia (IE), Universidade Estadual de Campinas - Unicamp. Agradecimentos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo financiamento durante o período de doutoramento; ao Centro de Estudos de Desenvolvimento Econômico (CEDE), do IE-Unicamp; a Maria Adélia Aparecida de Souza, Francisco Pereira de Farias, Sergio Soares Braga, Giovanni de Macedo e Fernanda Veras, pela leitura atenta e pelas sugestões para o aprimoramento do texto.

<sup>1</sup> Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Brasil.  
E-mail: [v289245@dac.unicamp.br](mailto:v289245@dac.unicamp.br)

Lattes iD 

ORCID: 



Este trabalho está licenciado sob uma Licença Internacional *Creative Commons* Atribuição 4.0. Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

### Resumo

O artigo analisa a concepção de espaço geográfico na obra de Milton Santos com o objetivo de compreender como as transformações históricas do Estado e do capitalismo tensionam e atualizam suas categorias e conceitos analíticos. Parte-se do pressuposto de que o espaço geográfico constitui uma instância social formada pela indissociabilidade entre sistemas de objetos e sistemas de ações. Com base na análise interpretativa de obras centrais do pensador brasileiro, discute-se, nesse processo, a formação socioespacial, o uso do território, o território usado e o lugar. Argumenta-se que a proposta miltoniana redefine o papel do espaço geográfico na análise das formações sociais ao incorporá-lo como mediação para a compreensão das dinâmicas históricas e das tensões associadas ao uso do território. Conclui-se que o espaço geográfico, compreendido como totalidade em movimento, permanece como categoria central para a análise das transformações socioespaciais no capitalismo contemporâneo.

**Palavras-chave:** Pensamento brasileiro; Milton Santos; espaço geográfico; método.

### Abstract

This article analyzes the concept of geographic space in the work of Milton Santos, aiming to understand how the historical transformations of the State and capitalism challenge and update his analytical categories and concepts. It starts from the premise that geographic space constitutes a social instance formed by the inseparability between systems of objects and systems of actions. Based on an interpretative analysis of central works by the Brazilian thinker, the article discusses socio-spatial formation, land use, used territory, and place. It argues that Milton Santos's proposal redefines the role of geographic space in the analysis of social formations, incorporating it as a mediation for understanding historical dynamics and the tensions associated with land use. It concludes that geographic space, understood as a totality in motion, remains a central category for the analysis of socio-spatial transformations in contemporary capitalism.

**Keywords:** Brazilian thought. Milton Santos. Geographic Space. Method.

---

## INTRODUÇÃO

“O método é uma arma política e social” (Sartre, 1966).

O espaço geográfico constituiu matéria central do trabalho de Milton Santos até o fim da vida dele. A busca pela definição como objeto de método permaneceu constante ao longo das pesquisas e da trajetória intelectual do autor (Lelis, 2024), assim como a consolidação enquanto objeto de uma disciplina do conhecimento, no caso, a Geografia. Nesse percurso, sobressaem-se *Economia Espacial: Críticas e Alternativas* (2003 [1979]); *Por uma Geografia Nova: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica*, cuja primeira edição data de 1978; *Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico informacional* (1998); e *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*, publicada em 1996, na qual o autor define que “o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (Santos, 1996, p. 39).

Historicamente, até meados dos anos 1970, a apreensão do espaço era associada a uma concepção estrutural, fixa e plana, advinda e influenciada pela linguagem e pelo pensamento estruturalista, na vertente neoclássica, em que, segundo Machado (2006), o historicismo presente nas análises tendia a privilegiar o tempo. Diante desse contexto, torna-se necessário compreender o campo epistemológico no avanço da noção e concepção de espaço, à qual o pensador brasileiro, de origem em Brotas de Macaúbas, Bahia, Milton Almeida dos Santos, dedicou a vida intelectual, transformando-o e redefinindo-o como objeto da disciplina.

No ínterim desse debate, Prestes (2024), em sua leitura de mestrado, assinala que a Geografia passou a pertencer ao ôntico, uma vez que o objeto de estudo é um ente determinado, leia-se: o uso do território. Por outro lado, na perspectiva *miltoniana*, o espaço geográfico, enquanto instância, é abstrato; a materialidade é dada pelo processo histórico, por meio dos diferentes usos do território. Assim, nessa mediação, o objeto da Geografia merece especial atenção, na medida em que, ao longo do pensamento geográfico, cada disciplina do conhecimento tem um, e somente um, objeto de estudo, e foi isso que Milton Santos estudou a vida toda.

Nesse processo teórico-metodológico, Milton Santos se atinha, com rigor, à compreensão de que o objeto é inerente ao movimento, à energia que constitui o espaço geográfico, o qual, uma vez assumido, impõe a constante atualização de conceitos e categorias como parte constitutiva da teoria e do método do conhecimento diante das modificações históricas da realidade. Parte-se aqui, em termos gerais, da premissa de que, em *meio* às crises do capital em múltiplas instâncias<sup>1</sup>, as transformações socioespaciais impõem a necessidade de atualizar teorias para compreender o espaço geográfico como ferramenta científica e política da realidade concreta, sobretudo, diante

---

<sup>1</sup> Para John Bellamy Foster e Brett Clark (2026), é recorrente a constatação de que, no primeiro quarto do século XXI, o mundo enfrenta múltiplas crises que ameaçam a civilização global e o futuro da humanidade. Diante dessa conjuntura, emergiram conceitos ainda pouco consolidados, como o de “policrise”, atribuído a Edgar Morin e Anne Brigitte Kern (1999) e amplamente difundido, nos últimos anos, por Adam Tooze. Contudo, a intenção deste texto não é adentrar considerações normativas sobre as instabilidades inerentes às crises do capital.

do chamado “retorno do território”, cada vez mais presente nas profundezas das crises. Essa reflexão interpela também a Economia e as demais disciplinas das Ciências Humanas, pois o esforço de Milton foi justamente alertar para isso, tanto entre geógrafos, que ainda hoje resistem a essa perspectiva, quanto entre os demais cientistas sociais.

Na operação metodológica, a construção deste trabalho lança-se na interpretação particular e singela das leituras e na análise interpretativa das obras publicadas de Santos, isto é, da leitura que o autor fará neste trabalho de pesquisa sobre a obra de Milton Santos. O processo analítico dos textos foi realizado com vistas a rastrear a compreensão do espaço geográfico e a relação entre Estado capitalista, leitura que se faz indispensável pois contribui para suprir insuficiências presentes nas reflexões de autores, no geral das Ciências Sociais, que não tratam da totalidade que é o espaço geográfico.

No presente texto, o objetivo foi refletir sobre a concepção de espaço geográfico na obra de Milton Santos a fim de compreender como as transformações históricas do Estado, no interior do capitalismo, tensionam e atualizam categorias e conceitos analíticos. Considera-se, em uma das variadas sínteses, o objeto em mutação, ou seja, a totalidade em constante processo de transformação espacial ou, mais especificamente, as totalizações que emergem da dinâmica do próprio Estado-nação e das formações sociais, sendo que, na reflexão e na leitura de Santos (1978, p. 224), “os Estados-Nações, formações sociais e totalidades legais e legítimas são também a unidade geográfica de estudo”. Deste modo, o Estado capitalista relaciona-se à constituição pelo uso de um território específico (o território nacional) e, portanto, ao próprio espaço geográfico, ainda que estes não sejam sinônimos.

Dado os limites do formato expositivo das ideias e da delimitação do objetivo, não será possível comentar e aprofundar a importância da técnica na obra de Milton Santos, ainda que ela não seja colocada aos léus. Como se nota nas obras selecionadas, além de mediação entre a intrínseca sociedade-natureza, a técnica constitui marco de periodização, desmascarando a idade do território. Como afirma Santos (1998, p. 6), em *Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico informacional* (1998), “A técnica é a grande banalidade e o grande enigma, e é como enigma que ela comanda nossa vida, nos impõe relações, modela nosso entorno, administra nossas relações com o entorno”.

Estruturalmente, o texto organiza-se, além desta introdução, em duas seções. A primeira, intitulada “A Formação Capitalista no Território Usado”, discorre, em perspectiva histórica, sobre as dinâmicas socioespaciais, retratando o território usado brasileiro, produto geográfico do processo histórico. Em sequência, na segunda seção, operacionaliza-se o modo como conceitos e categorias foram emergindo ao longo da trajetória dos livros e escritos de Milton Santos na “Atualização do Espaço Geográfico”. Por fim, apresentam-se, em aberto, as Considerações finais, com a proposição de novas questões, acompanhadas das referências.

## A FORMAÇÃO CAPITALISTA NO TERRITÓRIO USADO

Segundo Bernardes (2020), Milton Santos desenvolveu uma proposta teórico-metodológica revolucionária, cuja contribuição conferiu notoriedade às Ciências Sociais, em destaque à Geografia. Essa atualização se escreve, sobretudo, no modo como o autor elevou a categoria espaço geográfico a outro nível analítico e reflexivo ao recusá-la como palco inerte,

como sugerido pelas leituras conservadoras e clássicas da Economia, Geografia e Ciência Política, entre outros campos do conhecimento, nas quais as *dimensões cartesianas* se impõem e distribuem ações e objetos de forma estática em uma tábula rasa.

O pensador brasileiro concebe o espaço geográfico como uma *instância social* e totalidade em movimento, para além de visão restrita à estrutura, distinguindo-se, assim, do predomínio teórico-metodológico oriundo do Centro do Mundo, bem como do estruturalismo rígido, então, vigente naquele momento. Essa distinção se estabelece em relação a pensadores e correntes teóricas que buscaram definir a estrutura, como Saussure (1916), Lévi-Strauss (1949), Perroux (1949), Gurvitch (1950), Piaget (1968), a teoria da Gestalt ou Teoria da Estrutura, assim como no estruturalismo latino-americano, no método Histórico-Estrutural de certa rigidez mais formal, aditivado pelo expoente Celso Furtado. Este último, escreve sobre o espaço:

“Descontinuidades entre países: hacia una teoría de las estructuras espaciales”: el estudio de las estructuras espaciales ha demostrado que ni la distribución geográfica del ingreso en un país, ni las pautas de bienestar de la población en diversas subzonas, pueden en alguna forma explicarse por la teoría funcional de la distribución del ingreso (Furtado, 1969, p. 43).

Ademais, frisa-se que, em razão da objetividade, não se adentrará no tratamento do espaço como categoria filosófica<sup>2</sup> em um sentido, mas na concepção como espaço humano e social presente na obra de Milton Santos, evidenciando a diferença entre o modo como a categoria opera na ciência que diverge de outra que opera como abstrato na filosofia. Essa discussão a respeito do que é uma abstração remete à obra *Iniciação à filosofia para os não filósofos*, de Louis Althusser, escrita originalmente entre 1975 e 1978. No Brasil, a obra foi publicada pela WMF Martins Fontes, em 2019, com tradução de Rosemary Costhek Abílio (São Paulo: Martins Fontes, 2019). A esse respeito, Lima (2020, p. 167) apresenta que:

[...] o grande desvio, que vai do terceiro capítulo até o 16º, partindo de discussões a respeito do que é uma abstração em filosofia, distinta das abstrações cotidianas e da abstração científica, até chegar à determinação da prática filosófica, resulta em uma compreensão geral de que a filosofia é um campo de disputas pelas transformações das ideologias sob as quais outras práticas sociais produzem seus efeitos.

Trata-se, em suma, do espaço geográfico de categoria de análise social e, conseqüentemente, histórica. Nesse processo, observa-se um avanço significativo no campo *epistemológico* do conhecimento geográfico, nos anos 1970 - período este em que Milton Santos apresenta os pares dialéticos de Circuito Espacial Produtivo (CEP) e Círculo de Cooperação no Espaço (CCE) -, como entendimento teórico-metodológico para entender a periferia (ou subdesenvolvidos) do Globo, não descolada da política, especialmente no Brasil, ao articular espaço e tempo sem reduzi-los a uma simples identidade tempo-espaço, mas compreendendo-os em unidade dinâmica, esta última parte, como coloca Lelis (2024).

É nesse horizonte que, em um primeiro momento, considera-se o embasamento teórico-metodológico e, sem perder de vista as exigências do tempo e do espaço intrínsecos, opera-se com a categoria de Formação Econômica e Social (FES), preocupação recorrente entre diferentes

---

<sup>2</sup> Como reflexionadas, por exemplo, em: HEGEL, G. W. F. *Enciclopédia das Ciências Filosóficas em Compêndio* (1830); e KANT, I. *Crítica da Razão Pura* (1781).

intelectuais, ou Formação Socioespacial (FSE), trabalhada por Milton Santos. Derivada, inicialmente, de Karl Marx e, posteriormente, sistematizada por Vladimir Ilyich Ulyanov Lênin (Machado, 2006; Espíndola, 2022), destacam Sousa e Prestes (2024, p. 249) que a categoria “FES” foi retomada no Brasil: “Pensar o Brasil foi uma tarefa a que se dedicaram vários autores e intérpretes: Caio Prado Jr., Chico Oliveira, Nelson Sodré, José Chasin, Florestan Fernandes, Celso Furtado etc.”, acrescentando, aqui, o próprio avanço teórico-metodológico de Milton Santos com o conceito de Formação Socioespacial – FSE.

Milton Santos, por sua vez, desloca e realoca essa tradição ao propor o conceito de Formação Socioespacial, incorporando implicitamente o espaço geográfico à análise histórica e enfatizando o geográfico como processo constitutivo das totalizações das formações sociais. Enfatiza-se que tanto Caio Prado Júnior quanto Celso Furtado discutiram o problema da “nossa” formação brasileira: embora ambos tenham escrito sobre história econômica e analisado a formação social brasileira. O primeiro parte de um método histórico, leia-se: materialismo histórico, enquanto o segundo o faz pela lente da economia política. Ao introduzir a Formação Socioespacial, Milton Santos acrescenta à leitura o espaço geográfico não apenas como suporte, mas como mediação para compreensão da formação territorial brasileira, colocando a disciplina em outro relevo teórico-metodológico.

Sem desconsiderar o tempo histórico da análise, problematiza-se que a unidade entre continuidade e descontinuidade constitui parte indissociável da dinâmica do processo histórico da formação brasileira, o qual não pode se realizar senão no espaço e pelo espaço (Santos, 1977; 1979). A transição da formação social encontra-se condicionada pela totalidade do espaço (Santos, 1978), isto é, pelos dados que dependem diretamente da formação social vigente, os quais, ao se transformarem, alteram as formas e funções da estrutura posta, permanentemente tensionadas pela dinâmica social, pelos conteúdos históricos e conflitos de classe e identidades. Assim, na contribuição do espaço geográfico, conceituado por Milton Santos, a “força do agir” encontra-se exatamente nas disputas pelo uso do território, produto do processo histórico logo materializado no território usado.

Destaca-se, ainda, dentro da analogia de Moreira (1978), que a formação espacial tem a própria estrutura e as leis da formação econômico-social. Já a proposta do espaço geográfico como *instância social* (assim como a economia e a política), esse “indissociável sistema de objetos e sistema de ações”, impõe-se a tudo e a todos; ou seja, como natureza mesma dos processos sociais, nada pode ser dissociado do espaço geográfico. Contudo, é preciso atenção: Milton afirma que “espaço geográfico” e território são sinônimos. Considera-se que há diferentes leituras *miltonianas*, pois o território usado seria a *historicização* da instância social (concretizado nas formações sociais), isto é, do espaço geográfico que, ao estudar as paisagens, o faz também por meio dos processos históricos, da História<sup>3</sup>. Deste modo, haveria uma linha tênue na sinonímia entre espaço geográfico e território, no qual a formação capitalista se expressa como tensão entre a formação socioespacial, em disputa pela atualização dos usos do território.

---

<sup>3</sup> Como colocara Reinhart Koselleck (2016, p. 37), “abrangendo tanto passado quanto futuro, ‘a História’ se transformou num conceito regulador para toda a experiência já realizada e ainda a ser realizada”. Trata-se de uma formulação de grande relevância no âmbito da história dos conceitos, pois permite compreender a História como instância estruturante da experiência temporal, isto é, como forma de captura e ordenação do tempo histórico.

## ATUALIZAÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO: NOVOS CONCEITOS E NOVAS CATEGORIAS

Para Milton Santos, a região, o lugar, as redes e as escalas (geográficas) constituem recortes espaciais no edifício metodológico, proposto em *A Natureza do Espaço* (1996). A região não é simplesmente objeto empírico dado, mas princípio de leitura do espaço: subespaço definido a partir do uso do território e das funções exercidas pela sociedade em determinado momento histórico, podendo, inclusive, orientar regionalizações voltadas a usos futuros, como ocorrem nas divisões administrativas do Estado. Assim, é compreendida como “o lócus de determinadas funções da sociedade total em um momento dado” e como expressão da presença de capitais fixos e de determinadas funções técnicas que condicionam o funcionamento econômico (Santos, 1985; 1988). Portanto, não é a regionalização que produz tal recorte espacial, ao contrário, é a própria dinâmica regional que fundamenta as regionalizações, revelando o caráter histórico e político.

Outra concepção teórica no campo da ciência, distinta dessa perspectiva, encontra-se na geografia clássica, formulada por Blache (*Tableau géographique de la France* (1903) e, posteriormente, retomada por Gomes (1995), para a qual a região aparece como objeto privilegiado da Geografia e como finalidade analítica da disciplina. Nessa abordagem, a região tende a ser concebida como unidade de estudo relativamente autônoma, diferindo do entendimento de Milton Santos, em que ela é parte constitutiva do movimento da totalidade socioespacial e das mudanças do mundo. Conforme argumenta Santos (1998, p. 17):

Num estudo regional, deve-se tentar detalhar sua composição enquanto organização social, política, econômica e cultural, abordando-lhe os fatos concretos, para reconhecer como a área se insere na ordem econômica internacional, levando em conta o preexistente e o novo, para captar o elenco de causas e consequências do fenômeno (Santos, 1988, p. 17).

No debate acerca do *desenvolvimento regional*, sendo central a região, contudo, vale mencionar outras leituras que atualizam e deslocam essa discussão. O conceito de região, que não se restringe a uma característica da sua estrutura física, nem permanece preso ao passado, reaparece também na contribuição de economistas. Nessa operação, permanece presente, como evidência, com grande densidade empírica, o livro *Desenvolvimento Regional no Brasil no Século XXI* (2023), de Fernando César Macedo Mota.

Por outro lado, no interior desse mesmo debate, Souza (1991), em ensaio crítico, aprofunda essa discussão ao examinar a teoria e a prática da região a partir de uma reconstituição metodológica dos estudos que propõem distintas divisões regionais do Brasil. Para a autora, como afirma, trabalhos posteriores, como *Regionalização: tema geográfico e político: o caso paulista* (2017), evidenciam também as limitações do próprio conceito de região.

Diante dessa circunstância, e tendo o levantamento do debate apresentado, coloca-se uma questão central: se, para autores clássicos, como Blache (1903) e Benko (1998), entre outros, a ciência regional é inseparável do conceito de região em seu tempo, como pensar essa ciência e a própria formulação da outorga do *desenvolvimento regional* hoje, quando a própria região se transforma ou mesmo entra em crise, como sugerem alguns geógrafos (Santos, 1988; Souza,

1991)? Considerando-se, ainda, que a própria *Economia Regional* toma emprestado da Geografia o conceito de região.

À guisa de síntese, ao tratar do espaço geográfico, é necessário considerar a indissociabilidade entre sistemas de objetos e sistemas de ações, conforme propõe Milton Santos (Santos, 1996). Para realizar a tarefa, colocou quatro categorias de análise: forma, função, estrutura e processo, que devem ser compreendidas de modo articulado e não isoladamente, evitando tratamento abstrato do território. Nesse raciocínio, considera-se a região como subespaço a ser mobilizado pelos processos democráticos, pois ela se constitui no fundamento territorial da descentralização do poder. Assim, mais do que um simples recorte analítico, afirma-se como objeto de descentralização, base por meio da qual se reorganizam competências, funções e decisões no interior do Estado. Embora Santos não construa uma teoria sistemática do Estado, seu pensamento mantém uma reflexão que incorpora o papel estatal como agente histórico na transformação socioespacial diante das reestruturações do capitalismo nas décadas finais do século XX e no início do século XXI.

Ademais, assim como atravessa a própria noção de região, Maia (2015), numa abordagem *epistemológica*, demonstra que Milton Santos também modifica a compreensão da instituição estatal ao longo do tempo. De acordo com o mesmo autor, a leitura do Estado nos escritos de Santos, entre as décadas de 1970 e 1990, difere daquela desenvolvida a partir dos anos 1990. Em 1977, como visto, apresenta-se a ideia de FSE no artigo “Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método” e no livro *Espaço e sociedade* (1979), articulando a economia espacial a uma vertente marxista da leitura materialista do Estado, pois há presença de diferentes interpretações e correntes de pensamento, como as de Karl Marx, Antonio Gramsci e Nicos Poulantzas, entre outros.

Posteriormente, em meados dos anos 1990, essa centralidade pareceu deslocar-se, o que gerou divergências interpretativas entre os (as) estudiosos (as) da obra, sobretudo, no auge da proliferação do pensamento neoliberal pelo mundo, no qual, neste momento, o Estado assume outra forma-função, via a sociabilidade e racionalidade de mercado. Direciona-se que a teoria miltoniana não constitui um sistema conceitual fixo, mas um edifício teórico em permanente transformação, acompanhando as mudanças nas formas da formação territorial e nas funções estatais. Para Santos (1998, p. 38), a respeito do final do século XX:

Ninguém se admire, pois, da atual pregação neoliberal. Nos dias de hoje, o capital se difunde mais depressa no campo do que na cidade e a força do mercado regula a atividade a despeito do Estado. E na cidade é apenas o subsistema ligado às novas racionalidades que merece a atenção dos governos, das multinacionais e dos organismos internacionais. O Estado é chamado a adequar o meio ambiente construído para possibilitar a ação global das forças mundializadoras do mercado. Nessas condições, o neoliberalismo não se aplica aos objetos, mas apenas às ações que os objetos inovadores tornam mais fluidas e certas.

No movimento da transformação, nascem as categorias de uso do território e território usado, apresentadas de forma quase metafórica em textos como “*O Retorno do Território*” (Santos, 2001; 2005). A “metáfora” pode ser vista no livro “SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. *O Brasil: Território e Sociedade no Início do Século XXI*. São Paulo: Record, 2001” e em SANTOS, Milton. *O retorno do território*. In: OSAL: Observatorio Social de América Latina, Año 6, n. 16 (jun. 2005- ). Buenos Aires: CLACSO, 2005, apresentado por Maria Adélia Aparecida de Souza.

A atualização do “espaço geográfico” arqueia-se, então, a se articular a outros conceitos e categorias da Teoria, como Lugar, Uso do Território e Território Usado, cuja distinção é indispensável do ponto de vista metodológico, ainda que não esgote a complexidade do método. Souza (apud Nakagawa, 2016) argumenta que há dois conceitos absolutamente revolucionários que fundamentam a Geografia Nova proposta por Milton Santos: o primeiro é o espaço geográfico, e o segundo é o lugar.

Isso posto, é necessário propor uma leitura em que não se confunda a localização *georreferenciada* do senso comum com o conceito *Lugar*. A localização aponta a posição física, enquanto o Lugar expressa a totalidade concreta vivida, resultante das dinâmicas socioespaciais e das alterações do mundo. Em poucas palavras, o *Lugar* contém o todo e aquilo que lhe é inerente, guardando a identidade, ao mesmo tempo em que manifesta empiricamente as mudanças do mundo (Santos, 2008 [1997]). Trata-se de linha de pesquisa ontológica, de caráter *être-en-soi* e *être-pour-soi* e, por isso, implica a consciência daqueles que nele vivem e produzem a vida social ao agir. Aparece, então, de caráter existencial; considerando-se os estudos acerca do fenômeno e da ontologia, atravessados também pelo inconsciente, reconhecendo-os como conceitos analíticos à compreensão do mundo e de seus objetos, com outra racionalidade diferente do capital.

Nessa consciência, essas categorias e esse conceitos, que se expressam na totalidade do espaço geográfico, manifestam aspectos distintos, embora não opostos, concebido como totalidade em movimento, este inspirado em Karl Marx, tecido por relações simultaneamente complementares e conflitantes. O vigor do conceito de território usado reside justamente na capacidade de convidar à análise processual das relações entre lugar, formação socioespacial e mundo (Santos; Silveira, 2001; Silveira, 2009; Santos, 2010), sem fixá-las rigidamente frente à realidade mutante. Complementando-se à concepção de Lugar-Mundo: “Cada lugar é, à sua maneira, o mundo” (Santos, 1996, p. 213).

As leituras indicam que Milton Santos reformula a abordagem do espaço geográfico na década de 1990, estendendo-a até o final da vida dele, em 2001. Se, na década de 1970, a Formação Socioespacial ocupava posição central na interpretação da interseção entre economia, sociedade e Estado, nos anos posteriores, observa-se a ascensão das categorias de uso do território e território usado, bem como a alavancagem do “Lugar”, este como expressão do nascedouro da política. Essa inflexão não implica ruptura abrupta, mas deslocamento e atualização analítica do espaço geográfico, o que explica as divergências presentes na interpretação do conteúdo da obra, sem, contudo, obscurecer a notoriedade desse edifício metodológico que se apresenta à periferia do mundo. A Geografia é uma disciplina do presente (Santos, 1996), o passado compete à História.

A distinção e contemplação da História não se confundem com a noção de rugosidade em Milton Santos, entendida como um *prático-inerte*, sob influência de Sartre (1966). Segundo Santos (1996, p. 92), “Chamemos rugosidade ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem; o que resta do processo de supressão, acumulação e superposição com que as coisas se substituem e se acumulam em todos os lugares” (Santos, 1996, p. 92). Ademais, conforme exposto em *Por uma Geografia Nova: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica*, “as rugosidades nos oferecem, mesmo sem tradução imediata, restos de uma divisão do trabalho internacional, manifestada localmente por combinações particulares do capital, das técnicas e do trabalho utilizados” (Santos, 1978, p. 173).

Dessa forma, logo, sob essa perspectiva, falar em Geografia Histórica constitui equívoco epistemológico. A proposta de Milton Santos, ao considerar o espaço geográfico nos estudos da sociedade existente, buscar-se-á tornar evidentes, especialmente no capitalismo, as profundas desigualdades socioespaciais escancaradas nas paisagens urbanas-rurais pelo uso do território. Além disso, as demais disciplinas das ciências humanas e sociais, em grande parte, não “geografizam” os estudos delas, limitando-se metodologicamente, com frequência, à quantificação e descrição, por meio de índices e tabelas, e não à cartografia, ferramenta técnica que explicita as desigualdades territoriais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Milton buscou definir o objeto de pesquisa da Geografia: o espaço geográfico, tentando contribuir para o aprimoramento epistemológico e confirmá-lo como disciplina científica, portanto, passível da construção de um método científico contemporâneo. Essa perspectiva distingue-se das discussões que, desde 1890, quando os franceses instituem a Geografia Humana, prevalecem até hoje, lamentavelmente entre geógrafos, agravadas pela bipolaridade entre Geografia Humana e Geografia Física e pela imensa fragmentação nos derivados, como Geografia Econômica, Urbana, da Indústria, do Comércio e do Turismo, sustentando a ideia de “tantas geografias quantas quiser cada geógrafo”, o que revela problema epistemológico. Assim sendo, não se trata de um “objeto de método”, mas do objeto de uma disciplina do conhecimento, como é o caso da Geografia, conforme investigou Milton Santos em seu trajeto de vida.

O espaço geográfico, como instância social e totalidade em movimento, somente pode ser apreendido em articulação com os processos históricos e os diferentes usos do território. Assim, a atualização conceitual e categórica, proposta por Milton Santos, resulta da necessidade de interpretar criticamente as novas configurações do Estado e do capitalismo contemporâneo. A discussão sobre o espaço geográfico adquire renovada centralidade nas análises do nosso tempo, sobretudo, porque ele não opera apenas no plano da objetividade, sendo o “retorno do espaço geográfico” e do território usado tanto no campo científico e analítico como força do agir.

Contudo, como limitação recorrente, a categoria analítica de espaço geográfico, nos métodos adotados em pesquisas de mestrado, doutorado e artigos científicos, é frequentemente assumida de forma *apriorística*, sem questionamento, como se fosse um fim em si mesmo, rígido e fixo no e pelo tempo. Essa problemática revela-se diante da necessidade de respeitar o caráter histórico e cumulativo do conhecimento, e de evitar leituras a-espaciais e a-históricas consequentemente coagidas pela ideologia dominante. É preciso frisar que os métodos exigem articulação teórico-histórica-espacial, o que implica forma específica de ver, estar e agir no mundo.

Os métodos, portanto, revelam se permanecemos presos ao passado ou se somos capazes de vislumbrar um futuro, não apenas imaginá-lo, mas transformá-lo. Isso demanda orientação estratégica para a luta social e política. Colocam-se, assim, questões incontornáveis: o que é o mundo hoje? Como estamos nele? O que desejamos fazer diante dele? Em um contexto de aceleração contemporânea, Hoje-Mundo tornam-se sinônimos; a atualidade é planetária e unitária, exigindo não apenas uma tomada de consciência, mas uma reflexão sobre como percebemos, agimos e somos condicionados pelo mundo em que vivemos.

A leitura que Milton Santos fazia sobre o uso do território nos anos 1970 correspondia a uma visão de Mundo e ao contexto histórico inserido, distinto do recente. Os problemas que hoje marcam as dinâmicas dos lugares ainda não se colocavam com a potência que assumem no presente, manifestando-se no desmoronamento e na corrosão do Estado capitalista e no avanço sangrento do imperialismo na América Latina, como temos assistido. As disputas e as tensões associadas a essa condição do território enquanto portador de valor tampouco haviam se aprofundado como agora, assim como as seletividades e segregações socioespaciais *planejadas* pela “racionalidade” do capitalismo contemporâneo, particularmente visíveis nos países do latifúndio e nas cidades dos cubículos, sobretudo nas periferias do sistema.

Em termos de limitação do presente estudo e da linguagem impressa no texto, o uso do território apresenta-se como categoria estratégica, pois há conexão entre Estado e território nacional, exigindo formação social vigente, sendo que, cada vez mais, o “retorno do espaço geográfico” se faz presente na massiva ampliação das ordens globais travestidas de globalização. Ademais, por sua vez, então, merece atenção a construção metodológicas que nos permitam definir a “região”, assim como precisa ser compreendida diante da realidade dos problemas presentes.

Como possibilidade de estudos futuros, permanecem abertas as vias para analisar como o espaço geográfico reproduz o uso do território e como ambos, nessa totalidade, dialogam com outros campos do conhecimento científico, como o econômico e o político, entres outros. Do mesmo modo, o conteúdo impõe-se pensar a técnica como tempo congelado e compreender como ela se torna normativa, não apenas no caráter analítico-descritivo, mas à luz da Teoria do Estado, uma vez que o espaço geográfico não é neutro e estático.

Inspirando-se nos escritos de Milton Santos, a concepção e noção de espaço geográfico torna-se indispensável para a compreensão da articulação entre Teoria e Método. Em termos de reflexões ativas, de forma singela, sem pretensão de esgotamento, sugere-se que o Lugar mereça atenção para além do senso comum, como imaterialidade e como epistemologia própria, distinto do materialismo instrumental da investigação científica. Sendo assim, é das dinâmicas próprias dos lugares que emerge o brotamento da política, conforme aponta a literatura, por exemplo, no clássico *O Espaço Fora do Lugar* (Silva, 1978).

## REFERÊNCIAS

BENKO, Georges. **La science régionale**. Paris: Presses Universitaires de France, 1998. (Coll. Que sais-je?, n. 3355).

BERNARDES, Antonio. Milton Santos: os conceitos geográficos e suas concepções. **Formação (Online)**, Presidente Prudente, v. 27, n. 50, 2020. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/6564>. Acesso em: 13 ago. 2025.

ESPÍNDOLA, Carlos José. O legado de Milton Santos na minha trajetória acadêmica. **Ciência Geográfica**, Bauru, v. 26, n. 2, 2022. Disponível em: [https://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXXVI\\_2/agb\\_xxvi\\_2\\_web/agb\\_xxvi\\_2-06.pdf](https://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXXVI_2/agb_xxvi_2_web/agb_xxvi_2-06.pdf). Acesso em: 8 jan. 2026.

FOSTER, John Bellamy; CLARK, Brett. In contrast to the triviality of the “polycrisis,” the consistency of the global structural crisis of capital. **Monthly Review**, New York, v. 77, n. 6, nov. 2025. Disponível em: [https://monthlyreview.org/articles/mr-077-06-2025-10\\_0/](https://monthlyreview.org/articles/mr-077-06-2025-10_0/). Acesso em: 7 jan. 2026.

FURTADO, Celso. Discontinuidades entre países: hacia una teoría de las estructuras espaciales. **El Trimestre Económico**, México, v. 36, n. 141, p. 41-52, 1969. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/20856047>. Acesso em: 13 ago. 2025.

GOMES, Paulo César da Costa. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, I. E. *et al.* (org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 49-76.

HEGEL, G. W. F. **Enciclopédia das Ciências Filosóficas em Compêndio (1830)**: volume II: filosofia da natureza. Tradução de José Nogueira Machado. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

KANT, I. **Crítica da Razão Pura**. Tradução de Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

KOSELLECK, Reinhart. O conceito de História. In: KOSELLECK, Reinhart; MEIER, Christian; GÜNTHER, Horst; ENGELS, Odilo. **O conceito de história**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016. p. 37-49. (Coleção História e Historiografia, 10).

LELIS, Leandro Reginaldo Maximino. Elementos epistemológicos, categorias de análise e pares dialéticos para a compreensão do espaço e do território na obra de Milton Santos. **Élisée: Revista de Geografia da UEG, Anápolis**, v. 13, n. 1, jan./dez. 2024. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/elisee/article/view/14270/10509>. Acesso em: 13 ago. 2025.

LIMA, Bruno Reikdal. Iniciação à filosofia para os não filósofos, de Louis Althusser. **Crítica Marxista**, São Paulo, n. 51, p. 165-168, 2020. Resenha de: ALTHUSSER, Louis. Iniciação à filosofia para os não filósofos. São Paulo: Martins Fontes, 2019.

MACEDO, Fernando César. **Desenvolvimento Regional no Brasil no Século XXI**. Campina Grande: Eduepb, 2023.

MACHADO, Thiago Adriano. Da formação social em Marx à formação socioespacial em Milton Santos: uma categoria geográfica para interpretar o Brasil? **GEOgraphia**, Niterói, v. 18, n. 38, 2016. DOI: 10.22409/GEOgraphia2016.v18i38.a13774.

MAIA, Lucas. Epistemologia política em Milton Santos: a noção de Estado. **Élisée: Revista de Geografia da UEG, Anápolis**, v. 4, n. 2, p. 116-133, jul./dez. 2015. Disponível em: [www.revista.ueg.br](http://www.revista.ueg.br). Acesso em: 14 fev. 2026.

MOREIRA, Ruy. A geografia serve para desvendar máscaras sociais. In: MOREIRA, Ruy. **Geografia: teoria e crítica: o saber posto em questão**. Rio de Janeiro: Vozes, 1978. p.43-68.

NAKAGAWA, Regiane Miranda de Oliveira. Espaço e interdisciplinaridade: o conceito de espaço na obra de Milton Santos e suas interfaces com a comunicação e a semiótica. **Intexto**, Porto Alegre, n. 37, p. 6-21, 2016. DOI: 10.19132/1807-8583201637.6-21.

PRESTES, Valdeir de Oliveira. **Circuitos espaciais produtivos e círculos de cooperação do leite no Sudoeste do Paraná**. 2024. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/264586>. Acesso em: 22 dez. 2025.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **Economia espacial: críticas e alternativas**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2003 [1979].

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, Milton. O lugar: encontrando o futuro. **RUA: Revista de Urbanismo e Arquitetura**, Salvador, n. 6, 2008 [1997]. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/rua/article/view/3113>. Acesso em: 26 set. 2025.

SANTOS, Milton. O papel ativo da Geografia: um manifesto. **Revista Tamoios**, São Gonçalo, v. 2, n. 1, p. 1-6, 2010.

SANTOS, Milton. O retorno do território. **OSAL: Observatório Social de América Latina**, Buenos Aires, ano 6, n. 16, jun. 2005.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

SANTOS, Milton. Rêve et cauchemar: problèmes spatiaux de la transition au socialisme: le cas de la Tanzanie. **Revue Tiers Monde**, Paris, v. 19, n. 75, p. 563-572, 1978.

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 54, p. 81-100, jun. 1977.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1998.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SARTRE, Jean-Paul. **Questão de método**. Tradução de Bento Prado Jr. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1966.

SILVA, Armando Corrêa da. **O espaço fora do lugar**. São Paulo: Hucitec, 1978.

SILVEIRA, Maria Laura. Ao território usado a palavra: pensando princípios de solidariedade socioespacial. *In*: VIANA, Ana Luiza d'Ávila; IBAÑEZ, Nelson; ELIAS, Paulo Eduardo Mangeon (org.). **Saúde, desenvolvimento e território**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2009. p. 127-150.

SOUSA, Wesley Fernando Rodrigues de; PRESTES, Valdeir de Oliveira. Roberto Schwarz e a dialética do deslocamento na periferia do capitalismo. **Sapere Aude**, Belo Horizonte, v. 15, n. 29, p. 242-258, 2024.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. **A explosão do território: falência da região?** São Paulo: [s. n.], jun. 1991. Texto apresentado à Comissão para o Desenvolvimento do Terceiro Mundo da União Geográfica Internacional.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. **Conexões geográficas: um ensaio metodológico.** São Paulo: IEA/USP, ago. 1991. Texto apresentado no Instituto de Estudos Avançados.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. Regionalização: tema geográfico e político: o caso paulista. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 50, p. 103-142, 2017. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/1125>. Acesso em: 20 dez. 2025.